



CAPÍTULO
5

CAPÍTULO 5 - HISTÓRICO DE BIBLIOTECAS DIGITAIS NO BRASIL

Raphael Bahia Carmo²⁰

Milton Shintaku²¹

Mariângela Spotti Lopes Fujita²²

5.1 - Introdução

A palavra biblioteca, no português, vem do grego antigo, formado por “βιβλίον - biblion” (livro) mais “θήκη - theke” (depósito). Essa origem difere de outras línguas, como no Inglês, que “*Library*” vem do latim “*liber*” (livro), mesmo sendo uma língua germânica. Independente da etimologia, a biblioteca no português está relacionada ao lugar onde são custodiados os livros, na sua forma mais simples ou uma coleção de livros, ou de outros tipos de documentos, como no caso da informática, que indica local voltado a gestão de objetos digitais, conforme descrito no Dicionário Houaiss.

²⁰ Doutorando, Unesp, diretor CDP/Iphan, raphael.bahia@unesp.br.

²¹ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UnB; Coordenador de Tecnologias para Informação no Ibict; Email: miltonshintaku@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6476-4953>.

²² Doutora em Ciências da Comunicação pela USP; Professora da Unesp.

Historicamente, Casson e Antunes (2018) relatam que o surgimento da biblioteca está intimamente ligada à própria criação da escrita, com descobertas arqueológicas na atual Síria de obras duplicadas e relacionadas a literatura de 2.300 Antes de Cristo, característica de bibliotecas, mesmo que grande parte do acervo de tabuletas de argila sejam de cunho administrativo. Assim, liga-se a criação da escrita a necessidade de registro administrativo, porém, também ao registro de lendas e relatos, com possibilidade de criação de coleções.

Dentre todos os grandes relatos sobre bibliotecas no mundo antigo, possivelmente o mais conhecido seja o da Biblioteca de Alexandria, fundado em torno de 300 AC, no Egito Antigo, na era Ptolomaica. Assim, essa biblioteca tornou-se a maior que se tem registro, com um acervo composto de diversas tipologias de documentos, sendo não apenas um centro de disseminação, mas também um de geração de conhecimento. Flower (2019) descreve a biblioteca como um ponto alto na gestão helênica do então decadente Egito dos Faraós.

De forma mais próxima a bibliotecas atuais, Serrai (1975) descreve que na Idade Média os mosteiros assumem a gestão de bibliotecas, fazendo o papel de custodiar e publicar livros, inclusive alguns da era grega clássica. Outro ponto importante destacado pelo autor se refere a bibliotecas das escolas medievais, como a Biblioteca da Escola Palatina, criada por Carlos Magno, se tornando a maior biblioteca da época.

Possivelmente um dos marcos nas bibliotecas foi a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, que possibilitou a produção maior das obras. Mesmo que atualmente sabe-se que os chineses já possuíam sistema de impressão semelhante, o modelo de publicação de Gutenberg alterou a forma de publicação, antes centrada no copismo a mão, para impressão, o que possibilitou a oferta maior de obras para as bibliotecas.

Outro ponto de destaque na história das bibliotecas se refere ao nascimento das bibliotecas universitárias, ainda no final da Idade Média. Kibre (1967) relata sobre manuscritos mantidos pela Biblioteca da Universidade de Bolonha, datado do início do século XVI. No mundo Lusófono, a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra é um marco, na medida em que durante muito tempo a universidade era palco do saber em língua portuguesa, inclusive onde muitos brasileiros estudavam.

5.2 - Biblioteca no Brasil

A história registrada do Brasil não é rica em detalhes sobre a vida cultural, que envolvessem temas como bibliotecas, sendo que nos primeiros anos após a chegada dos portugueses, a economia de exploração baseada no extrativismo do pau brasil não tem referência sobre livros ou bibliotecas. Nesse sentido, Santos (2010) defende que os livros surgem no país a partir da instalação do Governo Geral, em 1549, com o surgimento das primeiras instituições de ensino.

Moraes (2006) e Milanese (1993) relatam sobre o papel dos Jesuítas nas primeiras bibliotecas brasileiras, escolares por sua natureza, mas voltadas à catequização. Sabe-se que os livros, além da bíblia, são materiais de apoio importante à atividade pastoral. Da mesma forma, Fávero e Passerini (2021) afirmam que os alem de catequisar, os jesuitas foram importantes no ensino do português e latim como línguas do colonizador e meio pelo qual a religião era imposta.

Acompanham esse ponto os estudos de Curvo e dos Santos (2023) no qual descrevem que os jesuítas no final do século XVI possuíam uma grande biblioteca em Sal-

vador, capital da colônia à época, e outras menores no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Nessa época, pela dificuldade de obter livros, as bibliotecas tinham um grande valor para os jesuítas, como meio de compartilhamento de obras.

Assim, as bibliotecas brasileiras nascem como escolares na época do Governo Geral por meio dos jesuítas e suas escolas religiosas. Santos (2010) também destaca a presença de bibliotecas particulares, não apenas de religiosos, mas de médicos e advogados, principalmente em Minas Gerais, pela sua riqueza e refinamento cultural. O autor relata sobre outras bibliotecas importantes em Salvador (antiga capital) e Rio de Janeiro (capital à época).

Esse cenário das bibliotecas em escolas católicas e particulares perdura até a chegada da Família Real e, com ela, o acervo da Real Biblioteca, que viria a se transformar na Biblioteca Nacional. Portella (2010) descreve a criação da Biblioteca Nacional, desde a sua chegada ainda como Biblioteca Real, inicialmente composta por 60 mil obras diversas. Após a independência, passa a se chamar Bibliotheca Imperial e Pública e finalmente Biblioteca Nacional, após a república, sob os cuidados do Ministério do Interior e Justiça, posteriormente ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Gilda (2019) relata que durante muito tempo as bibliotecas escolares pertenciam a escolas religiosas particulares, registros de mudança deste cenário ocorreram apenas na década de 1880 com a criação da Biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos e Biblioteca do Ginásio do Estado da Capital, ambas em São Paulo, frutos da reforma proposta nomeada “Escola Nova”. Esse movimento, de oferta do ensino público, com infraestrutura contento biblioteca, muda um pouco o cenário educacional, antes centrado nas escolas católicas.

Numa evolução, com o surgimento das universidades no país, são criadas também as suas bibliotecas, que diferentes das escolares, atuam no apoio à pesquisa e extensão. Cunha e Diógenes (2016) apresentam um histórico das bibliotecas universitárias, em que as bibliotecas universitárias são criadas no início do século XX, com a primeira legislação, pelo Presidente Campos Sales aprovou, em 1º de janeiro de 1901, o código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário .

No governo, um destaque fica por conta da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), principalmente no Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. Oddone (2014), descrevendo o histórico da biblioteca, destaca a atuação das irmãs Sylvia e Lydia, na iniciativas de processamento técnico do acervo, sendo a última a criadora do Instituto Brasileiro de Biografia e Documentação (IBBD), que posteriormente se tornaria o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Nesse histórico, as bibliotecas apresentam-se de diversos tipos, como as públicas, escolares, universitárias, governamentais, particulares e outras, com um grande desafio provocado pela informatização. Nesse sentido, tanto na informatização dos seus processos, quanto na presença cada vez maior dos documentos em formato digital e todas as suas implicações. Com isso, atender as necessidades dos seus usuários, na missão de ser intermediador do conhecimento.

5.3 - Bibliotecas Digitais

O surgimento dos computadores, ainda na década de 1950, alterou significativamente a vida das pessoas. Inicialmente, os computadores eram calculadoras, tanto que o termo “computador” tem o significado de algo ou alguém que calcula. Assim, inicialmente os computadores processavam apenas dados numéricos em forma de cálculos. Posteriormente, pode-se fazer processamentos com letras, incrementando o processamento.

Como as bibliotecas sempre adotaram as mudanças tecnológicas, desde a época das tábulas de argila, passando pelos pergaminhos até o livro publicado, a adoção das tecnologias digitais e seus documentos se torna um caminho natural. Nesse contexto, com o uso cada vez maior da informática na vida das pessoas, surge uma nova ideia de criar sistemas de informação baseados na era digital. Assim, surgiram sistemas como biblioteca virtual, biblioteca eletrônica e biblioteca digital, com diferenças entre elas.

De forma muito simplista e sem muito consenso, as bibliotecas eletrônicas não estavam ligadas a internet e eram instaladas para uso pessoal. Já as virtuais geralmente organizavam links para os recursos digitais. As bibliotecas digitais, por sua vez, fazem a gestão do acervo digital, sendo a forma mais robusta e refinada entre essas opções, fornecendo serviços aos usuários.

As primeiras discussões sobre bibliotecas digitais nasceram no final da década de 1980. Por exemplo, Kahn e Cerf (1988) apresentam o projeto de Arquitetura Aberta de um Sistema de Biblioteca Digital para a Corporation for National Research Initiatives, sendo uma das precursoras na área. Este projeto ocorre antes do advento da web e suas facilidades, de forma que se apresenta na van-

guarda dos sistemas informatizados, tendo como objetivo de arquivar (receber depósitos) para ser recuperado posteriormente. Entretanto, mesmo que a web ainda não esteja totalmente operacional, esse projeto já estava planejado para funcionar na internet.

Cunha (1997) relata que o tema era de grande interesse internacional, com inúmeras iniciativas e publicações, inclusive com uma revista especializada, a D-Lib. A conceituação inicial da biblioteca digital é de um sistema de informação ligada a rede, uma biblioteca sem paredes, que armazena informações em formato digital para disseminação, sem limitações de tempo ou espaço (Cunha 1999). Evidentemente, esse conceito mudou com o tempo e a evolução tecnológica, principalmente com o surgimento da Web e os movimentos de abertura das ciências.

Um marco para a biblioteca digital foi o lançamento do ArXiv, pelo Laboratório de Los Alamos, Estados Unidos, em 1991, ainda nos primórdios da Web, voltado para depósito de pré-prints para disseminação da versão do autor. Essa iniciativa provou que era possível criar um sistema web, que pudesse depositar um documento em formato digital, juntamente com os metadados, para serem recuperados por ferramenta de busca e acessados.

A criação do ArXiv inspirou o movimento dos arquivos abertos (*Open Archives*), na Convenção de Santa Fé, Novo México, Estados Unidos. Triska e Café (2001) compilou alguns preceitos que orientam os sistemas de informação, dentre os quais a criação no Brasil da Biblioteca Digital Brasileira (BDB). Como decorrência a esse movimento e a BDB, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) fomentou a criação de bibliotecas de teses e dissertações locais de muitas universidades, seguindo o modelo proposto pela *Networked Digital Library of Theses and Dissertation* (NDLTD). Como resultado desse movimento no país, teve a

criação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os preceitos apresentados pelo Arquivos Aberto²³ orientaram a criação das bibliotecas digitais, de forma que possibilitasse a interoperabilidade, sendo nomeadas como Provedores de Dados. Esses provedores precisavam ser sistemas de informação que fizessem gestão de documentos em formato digital. Para tanto, essas bibliotecas precisam implementar:

Uso de identificadores únicos e persistentes: todos os objetos digitais depositados em bibliotecas digitais ganham um identificador na forma de uma URL, sendo um dos pilares para a interoperabilidade;

Conjunto mínimo de metadados: esquema de metadados reconhecidos pela comunidade de usuários para representar o objeto digital, formando um conjunto denominado de item;

Utilização de protocolo de coleta de dados: permitir que os metadados do item possam ser coletados livremente;

Divulgação ampla: anunciar a comunidade que seus sistema de informação é aberto.

²³ Disponível em: <https://www.openarchives.org/sfc/sfc.htm>. Acesso em: 13 set. 2025.

Nesse contexto, muitos softwares criados para implementar bibliotecas digitais implementam esses preceitos, sendo um dos mais conhecido o DSpace, mesmo que ele tenha sido desenvolvido para repositórios, no movimento do acesso aberto (Open Access). No Brasil, uma das iniciativas da época foi o software livre Nou-Rau, desenvolvido pela Biblioteca da Universidade de Campinas (Unicamp) para criação de sistemas de informações como as bibliotecas digitais (Vicentini, 2006).

Uma das maiores características das bibliotecas digitais era de disseminar objetos digitais de primeira fonte, como as teses e dissertações, até então conhecidas como literatura cinzenta, por não serem amplamente disseminadas. Assim, são sistemas que possibilitam o depósito de um ou mais textos completos de uma obra, pelo autor (autoarquivamento) ou não, numa estrutura informacional organizada, por meio de um formulário de metadados, para recuperação e interoperabilidade.

5.4 - Bibliotecas Digitais no Governo

Biblioteca digital estão presentes em muitos órgãos de governo, em todos os poderes e esferas, em parte, por iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e sua Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Basevi (2005) relata sobre a adaptação do DSpace, criado para repositórios acadêmicos, para o uso em biblioteca digital jurídica, de forma a criar um modelo a ser seguido por outros tribunais, formando um grande consórcio de bibliotecas digitais jurídicas.

Desde então, vários órgãos governamentais criaram as suas bibliotecas digitais para disseminação de sua documentação, principalmente, de primeira fonte. Macedo, Shintaku e de Brito (2015) levantaram os órgãos à época, destacando o po-

der judiciário, em todas as esferas, muito em decorrência do modelo da BDJur, na medida em que todas as bibliotecas digitais foram implementadas com o DSpace.

Nesse caminho, por exemplo, pode-se mencionar a Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), no qual Pinto *et al.* (2023) reafirma a utilização inicial do modelo da BDJur. Posteriormente, as peculiaridades do TJDFT fizeram que criassem o seu próprio modelo, seguindo as orientações registradas em sua política de biblioteca digital.

De Alcântara (2012) relata que o modelo criado pelo BDJur transcende o poder judiciário e inspira a criação da Biblioteca Digital do Senado Federal. Assim, revela como as bibliotecas digitais estão sendo utilizadas em órgãos de governo para dar acesso a documentação em formato digital e para propiciar transparência a atividades relacionadas à criação de conteúdo.

Muller e Oliveira (2015) apresentam os resultados da criação da Biblioteca Digital da Escola de Administração Pública (Enap), com forma mista em relação ao seu acervo com características de repositório (cópia de publicações efetuadas em vários canais) e biblioteca digital (Primeira fonte). Cabe ressaltar que a Enap possui produção acadêmica e organizacional, com objetos digitais únicos (primeira fonte), incluindo a seção histórica da Revista do Serviço Público, desde 1937.

Sá *et al.* (2022) descrevem a trajetória da Biblioteca Digital da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), revelando o desafio na disseminação de uma documentação única, de forma transparente. Entre os destaques, os autores relatam sobre a criação de organização artificial relacionada às áreas de atuação da agência. Assim, foram criadas duas formas de organizar, a tradicional do DSpace de comunidades e coleções e as relacionadas às áreas de atuação.

Aliás, o uso do DSpace em bibliotecas digitais no governo ultrapassa a institucionalidade, passando a ser utilizado para disseminar documentação digital para outras finalidades. Shintaku *et al.* (2010) e Afonso (2011) relatam sobre o uso do DSpace na criação do Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), voltado à educação em todos os níveis. Da mesma forma, Rosa Jr e Jacob (2014) descrevem o Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (Ares) voltados a atender a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (Una-SUS). Ambos os casos mostram a preocupação do governo na disseminação de objetos digitais relacionados à saúde.

Nesse contexto, nota-se que o governo, em todos os poderes e esfera, possuem a necessidade de gestão documental, com grande produção de objetos digitais, dos mais variados tipos. Em parte, entende-se que fazem parte da documentação de cunho arquivístico, como comprovação de uma atividade, em grande parte administrativa. Entretanto, parte dessa produção é de interesse público, devendo estar em uma biblioteca digital sem barreiras de acesso.

Por isso, a presença das bibliotecas digitais no governo atendem a questões de transparência, por dar acesso irrestrito à documentação produzida no órgão. Entretanto, tem outra ação voltada à preservação da memória institucional, no qual essa documentação se constitui. Assim, demonstra-se a importância dos órgãos públicos criarem e manterem suas bibliotecas digitais, como mais um serviço oferecido pelas suas bibliotecas.

5.5 - Considerações finais

A biblioteca no contexto com forte presença digital é um desafio, mas uma grande oportunidade a ser assumida, visto que, como defende Silveira (2010), o acervo de uma biblioteca é composto pela história de um povo e tudo que o envolve, de forma a facilitar a compreensão do presente. Assim, independente do suporte (físico ou digital) a biblioteca deve assumir esse papel importante na formação da identidade social dos seus usuários.

Nesse caminho, na Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), viu-se na necessidade de uma ferramenta eficiente para fazer a gestão do acervo custodiado pelas bibliotecas do instituto, principalmente os em formato digital, com o intuito de fomentar a comunicação organizacional e facilitar o acesso aos usuários. Com isso, ter um sistema que disponibilizasse a documentação para ser acessada com fácil recuperação. Assim, junta-se a tantas outras instituições que possuem bibliotecas digitais.

Com isso, a Biblioteca Digital Iphan foi planejada para conter a produção intelectual do instituto, aliando produção técnica e científica. Para a sua organização, fundamenta-se no modelo baseado na cadeia de valor, proposto por Shintaku (2022), no qual abrange documentos de governança, atividades fins e ensino, em vista de atender de forma geral a demanda institucional e social, preservando e disponibilizando o acesso à documentação do instituto.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria da Conceição Lima *et al.* Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): tratamento da informação em um repositório educacional digital.

Perspectivas em Ciência da Informação, v. 16, p. 148-158, 2011.

BASEVI, Teresa. BDJur Consortium-Juridical Digital Library: Implementing DSpace in the Brazilian Judiciary. *In*: ELPUB2005 CONFERENCE ON ELECTRONIC

PUBLISHING, 9., 2005, Leuven, Belgium. **Proceedings...** Leuven: CUL, 2005. p. 127-132. Disponível em:

<https://elpub.architexturez.net/system/files/pdf/150elpub2005.content.pdf>.

Acesso em: 10 set. 2025.

CASSON, Lionel; ANTUNES, Cristina. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada.

Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/711>. Acesso em: 11 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital.

Ciência da Informação, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829>. Acesso em: 11 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016.

CURVO, Luiz Felipe Sousa; DOS SANTOS, Maria Luíza Lucas. A Companhia de Jesus e seu papel na formação de bibliotecas no Brasil colonial. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 39, n. 1, p. e392310-e392310, 2023.

ALCÂNTARA, André Luiz Lopes de. Biblioteca Digital do Senado Federal: 2006-2013 – uma análise dos desafios e soluções. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CBBBD, 28., 2013, [Local]. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 5240-5262.

FÁVERO, Leonor Lopes; PASSERINI, Thiago Zilio. 210 anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na Babel brasílica. **Confluência:** Revista do Instituto de Língua Portuguesa, p. 199-232, 2021.

FLOWER, Derek Adie. **Biblioteca de Alexandria:** as histórias da maior biblioteca da Antiguidade. São Paulo: Nova Alexandria, 2019.

KAHN, Robert. E.; CERF, Vinton. G. **The digital library project volume 1:** the world of knowbots (DRAFT). [S. l.]: Corporation for National Research Initiatives, 1988.

KIBRE, Pearl. Giovanni Garzoni of Bologna (1419-1505), Professor of Medicine and Defender of Astrology. **The University of Chicago Press**, Chicago, v. 58, n. 4, 1967, p. 504-514, 1967. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/228425>. Acesso em: 11 set. 2025.

MACEDO, D.; SHINTAKU, M.; BRITO, R. Dublin core usage for describing documents in Brazilian government digital libraries. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, São Paulo.

Anais... 2015. p. 129-135. Disponível em: <http://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/3768>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MULLER, Claudia Cristina; OLIVEIRA, Keicielle Schimidt de. **Repositório institucional da Enap**: um processo de construção coletiva do conhecimento. Brasília: Enap, 2015.

ODDONE, N. E. Lydia Sambaquy e a biblioteca do DASP: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil. **Acervo**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 77-91, 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/515>. Acesso em: 12 set. 2025.

PINTO, Elton Mártires *et al.* Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. In: SHINTAKU, Milton; MORAES, Marcelo Hilario (org.). **Modernização Tecnológica do Ecossistema de Informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Brasília: Editora Ibict; TJDF, 2023. Cap. 2, p. 34-55. DOI: 10.22477/978-85-7013-247-2.cap2.

PORTELLA, C. M. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 247-264, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10524>. Acesso em: 12 set. 2025.

ROSA JÚNIOR, Onivaldo; SANTOS JACOB, Aline dos. Configuração e desenvolvimento do acervo de recursos educacionais em saúde da UNA-SUS. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS – BIRE-DIAL, 4.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS – SIBD, 9., 2014, Porto Alegre. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2014.

SÁ, Argentina Santos de *et al.* Como surgiu a Biblioteca Digital da Anvisa. In: SHINTAKU, Milton; ALCURI, Fábio Gama (org.). **O avanço do ecossistema de informação na construção da Biblioteca Digital da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Brasília: Ibict, 2022. p. 22-37. DOI: <https://doi.org/10.22477/9786589701361>.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 11 set. 2025.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36168>. Acesso em: 11 set. 2025.

SHINTAKU, Milton. Análise da cadeia de valor de órgão de governo como apoio organização de biblioteca digital. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Paraná, v. 12, p. 1-11, 2022.

SHINTAKU, Milton. Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): uma iniciativa para a disseminação de objetos educacionais pela internet. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES, 12., 2009, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 15, p. 67-86, 2010.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/917>. Acesso em: 11 set. 2025.

VICENTINI, Luiz Atilio; VICENTINI, Regina Ap Blanco; VICENTE, Gilmar. O acesso livre à informação científica através da Biblioteca Digital da Unicamp: mudanças de paradigmas, processos e valores na produção científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: SNBU, 2006. p. 1-15. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5441>. Acesso em: 11 set. 2025.

Como citar o capítulo: CARMO, Raphael Bahia do; SHINTAKU, Milton; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Histórico de bibliotecas digitais no Brasil. In: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.).

Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 5, p. 65-82. DOI: 10.22477/978-85-7013-247-2.cap5.